

PROJETO DE LEI Nº , DE 2011

(Dos Deputados Alceu Moreira, Domingos Sávio, Carlos Magno, Celso Maldaner, Josias Gomes, Vitor Penido, Zé Silva e Raimundo Gomes de Matos)

Acrescenta o § 9º ao art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública direta e indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 15

.....

§ 9º É vedada a aquisição de leite importado, salvo se não houver disponibilidade de produto nacional para atender à demanda do órgão ou entidade da administração pública, cabendo, nessa hipótese, à autoridade competente justificar prévia e expressamente a necessidade de compra de produto estrangeiro.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A produção de leite constitui atividade de enorme relevância econômica e social para o Brasil. Os indicadores econômicos mostram que o setor vem crescendo ao longo dos últimos anos em atendimento ao aumento do consumo que felizmente se verifica face à melhoria das condições de vida da população. Paralelamente, no entanto, vêm aumentando as importações do produto, em especial do leite em pó, fato que sem dúvida afeta o preço do leite produzido no País, bem como a viabilidade financeira da produção nacional.

É preciso que o mercado brasileiro seja protegido da entrada indiscriminada de leite estrangeiro, especialmente nos casos de produtos subsidiados, sob risco de desarticulação da atividade econômica nacional e seus imediatos reflexos sobre preços, empregos e renda da população brasileira. Não se trata de fechar o mercado brasileiro aos produtos externos, mas de encontrar mecanismos de proteção para um setor importantíssimo na economia do País, patrimônio de toda a sociedade.

Atentos a essas questões, os integrantes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural desta Casa instalaram Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional. Entre tais medidas podem ser citadas a fixação de preço justo para os produtores, o combate aos cartéis na produção dos insumos lácteos, o estabelecimento de mecanismos de proteção do mercado interno ante a importação de produtos subsidiados e a redefinição da carga tributária sobre leite *in natura*.

Com esse espírito a presente proposição visa instituir mecanismo de proteção do mercado interno, mediante a vedação de aquisição de leite importado por órgãos e entidades da administração pública para utilização em suas políticas sociais. A proposta parte da premissa de que o Estado, usando seu poder de compra, deve agir concretamente para fortalecer

a produção interna de leite. Para tanto, é necessário que se inclua regra clara sobre a matéria na lei que disciplina as contratações do setor público – Lei nº 8.666, de 1993.

A proposição ora subscrita vai além de estabelecer mera preferência para o produto nacional. O que se pretende é, de forma bastante objetiva, vedar expressamente a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública, ressalvada apenas a hipótese de indisponibilidade do produto nacional que impeça o atendimento à demanda de órgãos e entidades públicas. Apenas nessa circunstância será admissível a aquisição de leite importado, devendo, contudo, tal procedimento ser justificado prévia e formalmente pela autoridade competente.

Ressalte-se que o tratamento diferenciado para o setor de leite não conflita com nenhuma norma constitucional, já que a própria Constituição, em vários de seus dispositivos, aponta o Estado como indutor do desenvolvimento nacional. Exatamente por esse motivo no último ano o Congresso Nacional converteu em lei a Medida Provisória nº 495, de 2010, alterando a Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Entre as razões apontadas pelo Poder Executivo na Exposição de Motivos da referida Medida Provisória, plenamente aplicáveis à presente proposição, destacam-se as seguintes:

“Paralelamente, impõe-se a necessidade de adoção de medidas que agreguem ao perfil de demanda do setor público diretrizes claras atinentes ao papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e fortalecimento de cadeias produtivas de bens e serviços domésticos. Nesse contexto, torna-se particularmente relevante a atuação privilegiada do setor público com vistas à instituição de incentivos à pesquisa e à inovação que, reconhecidamente, consubstanciam poderoso efeito indutor ao desenvolvimento do país.”

Convictos, portanto, de que a proposta atende ao interesse público e guarda absoluta conformidade com as normas constitucionais que orientam a atuação da administração pública de todas as esferas governamentais, contamos com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado ALCEU MOREIRA Deputado DOMINGOS SÁVIO

Deputado CARLOS MAGNO Deputado CELSO MALDANER

Deputado JOSIAS GOMES Deputado VITOR PENIDO

Deputado ZÉ SILVA Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS